

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Oeste S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	2
AMBIENTE REGULATÓRIO	2
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO	3
DESEMPENHO ECONÔMICO	3
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	5
SEGURANÇA DE BARRAGENS	5
 BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	16
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	20
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	20
7. IMOBILIZADO	21
8. INTANGÍVEL	23
9. FORNECEDORES	25
10. ENCARGOS REGULATÓRIOS	25
11. PROVISÕES.....	26
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	27
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
14. RECEITA LÍQUIDA	29
15. CUSTOS E DESPESAS	30
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35
20. ALIENAÇÃO DE ATIVOS.....	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Oeste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Cemig Geração Oeste

A Cemig Geração Oeste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) Cajurú e Gafanhoto, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram em 8 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 60.595 mil, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD.

Já o armazenamento não apresentou destaques, mantendo-se em níveis próximos à média histórica e encerrando o ano com 45% de armazenamento no SIN – o 10º maior percentual no período de 1999 a 2025.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$225,94/MWh, Nordeste com R\$176,61/MWh e Norte com R\$182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,91% (7,56% em 2024).

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Oeste S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$4.289 mil, desse montante destacam-se os investimentos de adequação da capacidade da vertente da usina Gafanhoto.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$12.684 mil em 2025, em comparação ao resultado de R\$17.909 mil em 2024, uma redução de 29,17% devido, principalmente, às perdas na alienação da PCH Martins.

Receita

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2025 foi de R\$21.136 mil, em comparação a R\$18.539 mil em 2024.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência das suas PCHs em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Companhia fatura mensalmente a RAG, cobrando de distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

A energia derivada da garantia física da Companhia é comercializada como 70% ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$15.415 mil em 2025 (R\$15.274 mil em 2024), referem-se à atualização pelo IPCA e aos juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga, que serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e Despesas

Os custos e despesas foram de R\$22.796 mil em 2025 (R\$13.781 mil em 2024), um aumento de 65,42%. Essa variação deve-se, principalmente, às perdas na alienação da PCH Martins no leilão realizado em 5 de dezembro de 2024 .

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2025 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$3.255 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$1.252 mil em 2024. Essa variação decorre, principalmente, do maior volume de aplicações em letras financeiras e do reconhecimento de rendimentos associados aos resgates realizados ao longo de 2025.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a Companhia apurou despesas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$2.233 mil, representando 14,97% em relação ao resultado de R\$14.917 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou despesas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social

no montante de R\$1.469 mil, representando 7,58% em relação ao resultado de R\$19.378 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente ao exercício de 2025 e 2024. Destacamos que a Margem do LAJIDA foi de 39,32% em 2025 e 60,08% em 2024.

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	12.685	17.909	(29%)
Despesa de IR e CS	2.233	1.469	52%
Depreciação/Amortização	1.886	1.043	81%
Resultado Financeiro	(3.255)	(1.252)	160%
LAJIDA ⁽¹⁾	13.549	19.169	(29%)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2025, no montante de R\$12.684 mil :

- R\$634 mil para constituição de reserva legal;
- R\$6.025 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$6.025 mil para pagamento de dividendos adicionais.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens

(PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022(Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos

Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Oeste é grata à Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Oeste S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	805	5.159
Títulos e valores mobiliários	4	7.984	7.814
Consumidores e revendedores	5	2.989	3.239
Ativo financeiro da concessão	6	9.968	9.558
Tributos compensáveis		106	5
Fundos Vinculados		1	758
Outros ativos		18	19
		21.871	26.552
Ativos classificados como mantidos para venda	20	-	23.425
TOTAL DO CIRCULANTE		21.871	49.977
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	2.947
Tributos compensáveis		327	255
Ativo financeiro da concessão	6	61.566	59.501
Imobilizado	7	61.221	57.734
Intangível	8	206	214
Direito de uso		227	274
Outros ativos		39	43
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		123.586	120.968
ATIVO TOTAL		145.457	170.945

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)
PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.796	4.781
Encargos regulatórios	10	545	88
Impostos, taxas e contribuições	12	646	684
Imposto de renda e contribuição social	17	313	89
Dividendos a pagar	13	10.034	8.507
Convênio de compartilhamento		246	197
Passivo de arrendamento		100	89
Outras obrigações		1	52
TOTAL DO CIRCULANTE		15.682	14.487
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	10	40	706
Impostos, taxas e contribuições	12	1.012	705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	717	729
Passivo de arrendamento		154	209
Outras obrigações		4	23
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.926	2.372
TOTAL DO PASSIVO		17.608	16.859
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital social		60.595	60.595
Reserva de lucros		67.254	93.491
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		127.849	154.086
PASSIVO TOTAL		145.457	170.945

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	14	34.459	31.907
CUSTOS	15		
Custo com energia elétrica		(3.751)	(3.877)
Custos de operação		(10.727)	(8.770)
		(14.478)	(12.647)
LUCRO BRUTO		19.981	19.260
DESPESAS	15		
Despesas gerais e administrativas		(999)	(1.080)
Outras despesas		(7.320)	(54)
		(8.319)	(1.134)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		11.662	18.126
Receitas financeiras	16	3.372	1.346
Despesas financeiras	16	(117)	(94)
		3.255	1.252
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		14.917	19.378
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(2.244)	(1.286)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	11	(183)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		12.684	17.909

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.684	17.909
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	12.684	17.909

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	60.595	6.757	77.332	-	144.684
Resultado do exercício	-	-	-	17.909	17.909
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	895	-	(895)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(8.507)	(8.507)
Reserva de retenção de lucros	-	-	8.507	(8.507)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	60.595	7.652	85.839	-	154.086
Pagamento de reserva especial	-	-	(28.887)	-	(28.887)
Dividendos extraordinários (art. 199, Lei 6.404/76)	-	-	(4.009)	-	(4.009)
Resultado do exercício	-	-	-	12.684	12.684
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	634	-	(634)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(6.025)	(6.025)
Dividendos adicionais	-	-	6.025	(6.025)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	60.595	8.286	58.968	-	127.849

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	12.684	17.909
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17)	2.233	1.469
Atualização Monetária Bonificação de Outorga (Nota 6)	(15.415)	(15.274)
Depreciação e Amortização (Nota 15)	1.803	964
Amortização do Direito de Uso	83	79
Juros Passivo de Arrendamento	20	23
Juros e variações monetárias (Nota 16)	(3.169)	(1.139)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 12)	-	(10)
Perda na alienação de ativo mantido para venda (Nota 20)	7.251	-
	5.490	4.021
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	250	(736)
Ativo Financeiro da Concessão (Nota 6)	12.323	11.960
Tributos Compensáveis	(1.025)	(192)
Outros ativos	(244)	163
	11.304	11.195
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(985)	1.748
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 12)	269	233
Encargos Regulatórios (Nota 10)	(209)	148
Convênio de Compartilhamento (Nota 18)	49	23
Outras obrigações	(70)	(75)
	(946)	2.077
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	15.848	17.293
Imposto Renda e Contribuição Social pagos (Nota 17)	(1.169)	(1.074)
Juros recebidos (Nota 4)	3.040	839
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.719	17.058
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	(45.549)	(21.609)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	48.455	16.472
Fundos Vinculados	757	(733)
Imobilizado e Intangível (Nota 15, Nota 8)	(4.289)	(8.499)
Alienação de ativos (Nota 20)	16.047	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	15.421	(14.369)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos (Nota 13)	(37.394)	-
Arrendamentos pagos	(100)	(72)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(37.494)	(72)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.354)	2.617
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	5.159	2.542
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	805	5.159

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Oeste S.A, sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.842/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins da Cemig GT para a Cemig Geração Oeste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 16/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

Em 30/09/2025, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa Nº 16.490, transferindo a titularidade da concessão da PCH Martins para a Âmbar Energia.

A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto e Cajuru) possui 21,20 MW de potência instalada e 9,37 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física é destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Gafanhoto e Cajuru, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2023. Em 2024, os 30% restantes da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Cajurú	01/2053
Gafanhoto	01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, executa as atividades administrativas e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 13 de abril de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 e 14 – Consumidores e Revendedores e Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado (definição da vida útil dos ativos);
- Nota 8 - Intangível (previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF – Generation Scaling Factor);
- Nota 11 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 19 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração do valor justo);

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração. OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas contábeis.	01/01/2027
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas respectivas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Contas bancárias				61	44
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	98,0%	-	1.629
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91% a 12,15%	744	3.486
TOTAL				805	5.159

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	CDI	-	-	-	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	6.967	6.119
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	918	1.586
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1% a 122,90% CDI	99	109
				7.984	7.814
Não Circulante					
Letras financeiras - bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	-	2.947
				-	2.947
TOTAL				7.984	10.761

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos	Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias	2025	2024
Fornecimento Industrial	-	-	-	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	-	1.924	-	1.924	2.342
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	471	495	99	1.065	897
Total	471	2.419	99	2.989	3.239

Não há valores relevantes vencidos, dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada de créditos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	69.059	82.643
Recebimentos	(12.323)	(11.960)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	15.415	15.274
Ativo mantido para venda	(617)	(16.898)
Saldo final	71.534	69.059
Circulante	9.968	9.558
Não Circulante	61.566	59.501

Política contábil

Para as usinas da Companhia, cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

7. IMOBILIZADO

		2025			2024		
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		56.084	(3.237)	52.847	46.958	(1.442)	45.516
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,80	302	(45)	257	302	(35)	267
Reservatórios, barragens e adutoras	3,52	52.387	(2.405)	49.982	43.368	(774)	42.594
Máquinas e equipamentos	4,28	3.395	(787)	2.608	3.288	(633)	2.655
Em curso		8.374	-	8.374	12.218	-	12.218
Total	3,6	64.458	(3.237)	61.221	59.176	(1.442)	57.734

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassifica- ção(C) ⁽¹⁾	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	46.958	-	9.126		56.084	9.126	(3.237)	52.847
Obras civis, benfeitorias e edificações	302	-	-	-	302	-	(45)	257
Reservatórios, barragens e adutoras	43.368	-	9.019	-	52.387	9.019	(2.405)	49.982
Máquinas e equipamentos	3.288	-	107	-	3.395	107	(787)	2.608
Em curso ⁽²⁾	12.218	4.289	(9.126)	993	8.374	(3.844)	-	8.374
Total	59.176	4.289	-	993	64.458	5.282	(3.237)	61.221

(1) Saldo reclassificado do ativo mantido para venda.

(2) Refere-se, em sua maioria, às obras de adequação da capacidade de vertente da Usina Gafanhoto.

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (B)	Classificação como mantido p/ venda (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	6.836	-	42.942	(2.820)	46.958	40.122	(1.442)	45.516
Obras civis, benfeitorias e edificações	722	-	78	(498)	302	(420)	(35)	267
Reservatórios, barragens e adutoras	524	-	42.844	-	43.368	42.844	(774)	42.594
Máquinas e equipamentos	5.590	-	20	(2.322)	3.288	(2.302)	(633)	2.655
Em curso	50.793	8.494	(42.942)	(4.127)	12.218	(38.575)	-	12.218
Total	57.629	8.494	-	(6.947)	59.176	1.547	(1.442)	57.734

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média de depreciação do período foi de 3,60% (3,66% em 2024).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização	2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor	Custo	Amortização acumulada	Valor
Em serviço		234	(33)	201	234	(25)	209
Ativos da concessão - GSF	3,13%	234	(33)	201	234	(25)	209
Em curso		5	-	5	5	-	5
Geração		5	-	5	5	-	5
Total		239	(33)	206	239	(25)	214

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	234	-	(33)	201
Ativos da concessão - GSF	234	-	(33)	201
Em curso	5	-	-	5
Total	239	-	(33)	206

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	234	-	(25)	209
Ativos da concessão - GSF	234	-	(25)	209
Em curso	-	5	-	5
Total	234	5	(25)	214

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes direito de extensão da outorga descrito no tópico abaixo. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas operacionais”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento de Energia	-	149
Materiais e Serviços	3.796	4.632
TOTAL	3.796	4.781

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs.

10. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	9	8
Pesquisa Expansão Sistema Energético - MME (a)	10	9
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	56	41
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT (a)	20	19
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	484	711
CDE sobre P&D	6	6
	585	794
Circulante	545	88
Não Circulante	40	706

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

A movimentação dos saldos é conforme segue:

	FNDCT	MME	P&D	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19	10	568	597
Adições	96	48	80	224
Pagamentos	(96)	(49)	-	(145)
Investimentos	-	-	(3)	(3)
Atualização financeira	-	-	66	66
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19	9	711	739
Adições	125	63	88	276
Pagamentos	(124)	(62)	-	(186)
Investimentos	-	-	(406)	(406)
Atualização financeira	-	-	91	91
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20	10	484	514

11. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível, são constituídos pelas ações tributárias, no montante de R\$20 (R\$17 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes da cobrança de crédito tributário a título de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) de 2020, da Usina de Martins.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: (i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e (ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: (i) mudança na norma jurídica, (ii) novas evidências ou fatos, (iii) mudança nos precedentes jurídicos, (iv) auditoria contábil, (v) decisão judicial, (vi) instrução processual, (vii) mudança de composição de turma julgadora e (viii) alteração do patrono da causa.

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
ICMS	4	5
COFINS	71	59
PASEP	15	13
INSS	475	482
ISSQN	64	102
Outros	17	23
	646	684
Não circulante		
COFINS	718	567
PASEP	294	138
	1.012	705
Total	1.658	1.389

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Capital Social da Companhia é de R\$60.595, subscrito e integralizado, dividido em 60.595.484 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva Legal	8.286	7.652
Reserva de Retenção de Lucros	52.943	85.839
	61.229	93.491

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$634 de Reserva Legal em 2025 (R\$895 em 2024), correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva especial

Em 2025 foi efetuado o pagamento do montante de R\$28.887, registrado em reserva especial, correspondente à parcela do lucro líquido do exercício de anos de 2021, 2022 e 2023, em conformidade com o disposto no §5º do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	12.684	17.909
Reserva Legal (5%)	(634)	(895)
	12.050	17.014
Dividendos obrigatórios	6.025	8.507
Dividendos adicionais	6.025	-
Total de dividendos	12.050	8.507

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Constituição de dividendos obrigatórios ref. 2024	8.507
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.507
Proposta de pagamento de reserva especial de exercícios anteriores	28.887
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. a 2024	(8.507)
Pagamento de reserva especial de exercícios anteriores	(28.887)
Proposta de dividendos extraordinários (art. 199, Lei 6.404/76)	4.009
Proposta de dividendos obrigatórios ref. a 2025	6.025
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.034

Destinação do Resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2025, no montante de R\$12.684 , seja dada a seguinte destinação:

- R\$634 para constituição de reserva legal;
- R\$6.025 para pagamento de dividendos obrigatórios; e
- R\$6.025 para pagamento de dividendos adicionais.

14. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento Comercial	-	260
Transações com Energia na CCEE	5.152	3.020
Suprimento Cotas - Geração Própria	28.726	27.372
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria	(419)	(163)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	10
Realização do Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga (nota 6)	(12.323)	(11.960)
Fornecimento bruto de energia elétrica	21.136	18.539
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a) (nota 6)	15.415	15.274
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(2.092)	(1.906)
	34.459	31.907

a) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 6. Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, distinguindo-se de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2025	2024
Tributos sobre a Receita		
ICMS	49	51
COFINS	1.108	1.013
PIS/PASEP	238	219
	1.395	1.283
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	88	80
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	125	114
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	63	57
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	100	104
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	283	234
CDE sobre P&D	38	34
	697	623
	2.092	1.906

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

Transações com energia na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

15. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	-	3
Encargos de uso da rede básica de distribuição ⁽¹⁾	3.751	3.874
	3.751	3.877

(1) Encargos de uso da rede básica de distribuição referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução.

b) Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	448	554	448	554
Materiais	551	304	-	-	551	304
Serviços de Terceiros (c)	8.275	7.414	551	526	8.826	7.940
Depreciação	1.886	1.043	-	-	1.886	1.043

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Perda na alienação de ativos ⁽¹⁾	-	-	7.251	-	7.251	-
Outros custos/despesas	15	9	69	54	84	63
TOTAL	10.727	8.770	8.319	1.134	19.046	9.904

(1) Trata-se do valor líquido da baixa dos ativos alienados da PCH Martins. Maiores informações na nota explicativa nº 20.

c) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção, Conservação e Instalação ⁽¹⁾	6.932	6.343
Meio Ambiente	795	820
Tecnologia da Informação	188	138
Energia Elétrica	36	37
Outros	324	76
TOTAL	8.275	7.414

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	3.181	1.282
Variações Monetárias	153	-
Outras	38	64
	3.372	1.346
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	(94)	(65)
Juros Passivo de Arrendamento	(20)	(23)
Outras	(3)	(6)
	(117)	(94)

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de renda	48	14
Contribuição social	265	75
TOTAL	313	89

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2025	2024
Passivo Não Circulante		
Imposto de renda	450	472
Contribuição social	267	257
TOTAL	717	729

c) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Bruta	33.124	33.124
ICMS ST	(49)	(49)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	3.482	3.482
Outras Receitas Financeiras	177	177
Base de cálculo Lucro Presumido	6.305	7.628
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	946	687
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	607	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.553	687
Outros	4	1
Rendas de aplicações	3.181	3.181
Rendas de aplicações resgatadas	3.482	3.482
Rendas Aplicações não resgatadas	(301)	(301)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(75)	(27)
Receita por competência diferida	2.966	2.966
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	237	356
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	59	32
Corrente	1.557	687
Diferido	(16)	5

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Bruta	30.511	30.511
ICMS ST	(51)	(51)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.040	1.040
Outras Receitas Financeiras	53	53
Base de cálculo Lucro Presumido	3.530	4.748
Alíquota	15%	9%

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS - Lucro Presumido	529	427
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	329	-
IR e CS - Lucro Presumido	858	427
Rendas de aplicações	1.282	1.282
Rendas de aplicações resgatadas	1.040	1.040
Rendas Aplicações não resgatadas	242	242
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	60	22
Receita por competência diferida	3.293	3.293
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	263	395
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - Receita por competência	66	36
Corrente	858	427
Diferido	126	57

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	185	-	-	2.351	2.217	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	149	-	-	(3.834)	(3.834)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	246	197	-	-	(607)	(573)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.245	765	-	-	(2.223)	(2.564)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	6.025	8.507	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$6.025. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 13.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	744	3.486	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7.984	7.814	-	-	141	437	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	2.947	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	68	41
Participação nos resultados	24	12
Previdência privada	2	3
Total	94	56

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		2.989	2.989	3.239	3.239
Títulos e valores mobiliários		-	-	2.947	2.947
Ativos financeiros da concessão		71.534	71.534	71.755	71.755
Fundos vinculados		1	1	758	758
		74.524	74.524	78.699	78.699
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	744	744	5.115	5.115
Títulos e valores mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	6.967	6.967	6.119	6.119
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	918	918	1.586	1.586
Debêntures	2	99	99	109	109
		8.728	8.728	12.929	12.929
		83.252	83.252	91.628	91.628
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(3.796)	(3.796)	(4.781)	(4.781)
Passivo de arrendamento	2	(254)	(254)	(298)	(298)
		(4.050)	(4.050)	(5.079)	(5.079)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço

da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das PCHs, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido

a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com passivos de arrendamentos e fornecedores está apresentado a seguir.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento ⁽¹⁾	9	9	95	129	98	340
Fornecedores	3.796	-	-	-	-	3.796
TOTAL	3.805	9	95	129	98	4.136

(1) Informações apresentadas em valor nominal.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores e revendedores;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

20. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Transferência onerosa de PCH

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 1 PCHs/UHEs da Companhia, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW)	Garantia física (MWm)	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig Geração Oeste							
UHE Martins	Concessão	1950	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais

Foi realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA, sendo o valor de R\$16 milhões.

Por fim, em 16 de outubro de 2025, foi concluída a transferência onerosa da usina Martins, pertencente à Cemig Geração Oeste, para a empresa vencedora Âmbor Hidroenergia Ltda., após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Transferência Onerosa.

A movimentação do ativo imobilizado e do ativo financeiro mantidos para venda segue abaixo:

	Valor bruto em 31/12/2024	Reclassificações (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025
Em serviço	2.820	-	(3.918)	1.098	-
Obras civis, benfeitorias e edificações	498	-	(498)	-	-
Máquinas e equipamentos	2.322	-	(3.420)	1.098	-
Em curso	4.127	(993)	(2.036)	(1.098)	-
Total	6.947	(993)	(5.954)	-	-

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Valor Bruto em 31/12/2025
Ativo financeiro				
Bonificação pela outorga	16.898	617	(17.515)	-
Total	16.898	617	(17.515)	-

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconhecer os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2025:

Preço de transferência	16.047
(-) Saldo do ativo mantido para venda	(23.298)
Perda de capital	(7.251)

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum passivo classificado como mantido para venda.

Estimativas e julgamentos

São mensurados inicialmente pela menor quantia entre o valor contábil e o valor justo (calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Para os casos em que a venda é realizada por meio de leilão, após sua realização a Companhia considera o valor do lance ganhador como sendo o valor justo, por se tratar do valor que efetivamente será recebido pela venda dos ativos após os trâmites legais.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Oeste S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2026.

Nelson Tamietti, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal